

POTENCIALIDADE PARA CONCESSÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DAS FLORES DE MARACÁS – BAHIA

Angela Machado Rocha – anmach@gmail.com

Professora do Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT – Ponto Focal Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Marcelo Santana Silva – marcelosilva@ifba.edu.br

Professor do Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT – Ponto Focal Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Valdir Silva da Conceição – valdirconceicao@gmail.com

Graduando em Administração – Universidade Federal da Bahia – UFBA

Tiago dos Santos – tiago.santoss@live.com

Graduando em Bacharelado Interdisciplinar de Humanidades- UFBA

Resumo — Este trabalho tem como objetivo principal apresentar o município de Maracás situado no estado da Bahia, suas principais entidades, explicar a origem da fama de “CIDADE DAS FLORES” e verificar a possibilidade do município em solicitar proteção, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) na forma de IG – Denominação de Origem. A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica, incluindo consulta a Lei da Propriedade Industrial, os atos normativos internos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), a consulta de relatórios de associação e órgãos de governo e informações sobre o município de Maracás no site do IBGE e da Prefeitura de Maracás. O resultado é uma grande vocação do município na produção de flores de clima temperado e subtropicais e a forte presença de entidades representativas. A análise permitiu atestar que devido à alta qualidade das flores e principalmente da sua diversidade, as “flores” de Maracás tem um grande potencial para o processo de registro de Indicação Geográfica. Isso pode garantir a procedência e a qualidade do produto, além de agregar valor e estabelecer padrões, normas de produção e controle.

Palavras-chave: Flores. Produção. Indicação Geográfica. Denominação de Origem.

Abstract — The main objective of this work is to present the municipality of Maracás, located in the state of Bahia, its main entities, explain the origin of the fame of "city of flowers" and verify the possibility of the municipality to request protection from the National Institute of Industrial Property (INPI) in the form of a Geographical Indication. The research was based on bibliographic review, including consultation of the Industrial Property Law, the internal normative acts of the National Institute of Industrial Property (INPI), consultation of association reports and government bodies and information about the municipality of Maracás on the site the IBGE and the Maracás City Hall. The result is a great vocation of the municipality in the production of flowers of temperate and subtropical climate and the strong presence of representative entities. The analysis showed that due to the high quality of the flowers and especially their diversity, the "flowers" of Maracás has a great potential for the registration process of Geographical Indication. This can guarantee the origin and quality of the product, as well as adding value and establishing standards, production and control standards.

Keywords: Flowers, Production, Geographical Indication, Denomination of Origin.

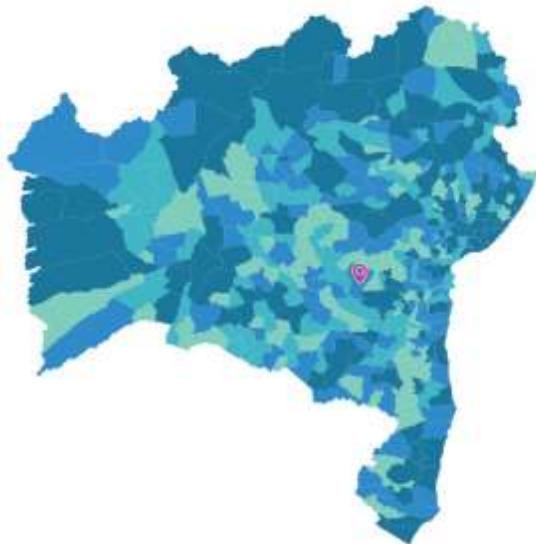
1 INTRODUÇÃO

No Brasil, antigamente, a produção e o cultivo de flores estavam concentrados principalmente na Região Sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo. A partir da década de 1990, aproximadamente 80% da produção de flores do país se concentrava nesta região. Segundo Santana (2014), este cenário começou a se alterar a partir dos anos 2000, pois outras regiões passaram a investir na produção de flores. Na Bahia, há o programa Flores da Bahia. Após a interferência do Governo do Estado neste programa, a produção local passou a atender 20% do mercado interno, antes da criação do programa era 3%. Além disso, conseguiu-se diminuir em 10% a dependência de flores produzidas no Estado de São Paulo (SCHERER, 2006 apud SANTANA, 2014). De acordo com França e Maia apud Matosinho (2008), as flores tropicais geralmente são cultivadas no litoral de Salvador, enquanto as flores de clima temperado são produzidas no município de Maracás.

Nos últimos anos, a Prefeitura de Maracás já recebeu alguns prêmios por incentivar e apoiar pequenos microempreendimentos de floricultura como os prêmios Melhores Práticas da Caixa Econômica Federal; Prêmio Internacional de Gestão Pública Municipal, do Instituto Brasileiro de Estudos Especializados; Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor e, em 2004, a experiência foi um dos 100 projetos finalistas do Prêmio Internacional de Dubai, que aponta as 530 melhores práticas do mundo para melhorar as condições de vida, promovido pelo Programa de Assentamentos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas).

O município de Maracás está situado na Mesorregião Centro-Sul da Bahia, em parte da bacia do rio Jiquiriçá e do rio de Contas. Geograficamente, o município é regido pelo clima semiárido, característica da região da caatinga, e sub-úmido/seco na transição da caatinga com a Floresta estacional. De acordo com dados do IBGE do ano de 2017, o município possui uma população estimada em cerca de 23.018 habitantes. O município fica situado na microrregião de Jequié. Tem como municípios limítrofes Planaltino, Lafaiete Coutinho, Jequié, Manoel Vitorino, Iramaia e Marcionílio Souza (IBGE, 2017).

Figura 1. Representação gráfica do mapa da Bahia e a localização do município de Maracás no estado.



Fonte: IBGE (2017)

Indicação Geográfica (IG) é um registro destinado a produtos e serviços que são peculiares de seu local de origem. No Brasil, ela é regulamentada pela Instrução Normativa nº 25/INPI/2013 (INPI, 2013). Há duas modalidades: Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). No caso das Flores de Maracás, convém atribuí-la a modalidade específica de Denominação de Origem, esta é definida como o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviços cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos, conforme rege a Lei 9.279/1996, art. 178 (BRASIL, 1996).

Este trabalho tem como objetivo apresentar a produção de flores do município de Maracás, no interior da Bahia e verificar a possibilidade de Indicação Geográfica da mesma.

2 REFERENCIAL

As IGs têm como objetivo primordial desempenhar um papel significativo na promoção do desenvolvimento rural local. Este objetivo está expresso expressamente no considerando do Regulamento Europeu conhecido como (CEE) 2081/92, indicando que com essa certificação IG pode beneficiar as áreas de produção em termos de aumento dos rendimentos dos agricultores e da potencial neutralização do êxodo rural. No Brasil, o termo indicações geográficas foi introduzido por ocasião da promulgação da Lei da Propriedade Industrial (LPI) pela Lei 9.279 de 14 de maio de 1996 – LPI/96. A LPI/96 considera indicação geográfica a indicação de procedência e a denominação de origem, dando ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) a competência para estabelecer as condições de registro das indicações geográficas no Brasil (BRASIL, 1996).

Do ponto de vista do desenvolvimento endógeno, esses diversos tipos de produtos, especialmente produtos de Denominação de Origem, nas especificidades de recursos locais corporativos, materiais e imateriais, são capazes de diferenciar e caracterizar fortemente os produtos locais em um determinado mercado. Esse processo promove a criação de nichos de mercado onde as áreas rurais, especialmente podem ser recompensadas por suas imagens, autenticidade ou tradicionalidade (JENKINS E PARROTT, 1999). Além disso, a delimitação da área de produção permite a apropriação de aumento de renda por agricultores e proprietários de terras (LANDI E STEFANI, 2015).

Para Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2000) e Bramley (2011) e tecnicamente as IGs é nada menos do que um regulamento de rotulagem e uma ferramenta para resolver o problema de informação assimétrica entre consumidores e produtores, bem como para evitar imitações injustas e uso indevido de nomes. Do lado dos produtores, as IGs são um método para ligar o produto às imagens da área de produção (meio ambiente, cultura, paisagem), explorando assim a disposição do consumidor em pagar pelo produto certificado (VAN ITTERSUM et al., 2003).

As IGs identificam produtos que têm uma qualidade específica ligada à sua origem geográfica. Esses produtos originários são o resultado de interações técnicas, sociais e econômicas, incluindo tanto a mobilização de recursos locais específicos, como o know-how local e as tradições culturais, quanto a construção da qualidade do produto dentro das cadeias de comercialização entre produtores e consumidores. Se, graças à oferta, à demanda e às condições do mercado, o processo de valorização de uma Denominação de Origem (DO) for bem-sucedido, os consumidores reconhecerão o nome geográfico ao longo do tempo e serão incorporados a uma reputação coletiva (GIOVANNACCI et al. 2009).

A Diferenciação de um produto através de uma IG, prevê que os produtores podem ter acesso a melhores condições de mercados especializados ou de um determinado nicho, limitando efetivamente a oferta e aumentando as vendas a preços mais elevados, capturando e retendo mais valor agregado. Nos contextos dos países em desenvolvimento, a captura de agregação de valor econômico tem a capacidade de estimular um melhor desenvolvimento rural e com a possibilidade de redução da pobreza.

Este artigo examina a cadeia de valor das flores em uma comunidade baiana, onde a comercialização baseada no local é uma estratégia amplamente difundida e reconhecida de agregação de valor em diversos pontos de consumo. Teuber (2010) demonstra que nomes de diversos lugares de determinadas regiões foram claramente valorizados pelos compradores nos mercados de diversas especialidades, sugerindo os potenciais benefícios econômicos disponíveis se uma estratégia de rotulagem de origem for efetivamente controlada pelos produtores.

Daviron e Ponte (2005) demonstram que as IGs oferecem um mecanismo potencial através do qual os produtores podem participar da construção da qualidade simbólica, e assim capturar valor através de uma reivindicação sobre a propriedade geográfica ao longo da cadeia de valor. Sob essa luz, as IGs podem ser vistas como uma tentativa impulsionada pelos produtores de intervirem nos processos preexistentes de captura de valor ao longo da cadeia de valor.

3 METODOLOGIA

É um desafio metodológico considerável analisar e avaliar as IGs, onde as metodologias padrão de avaliação são difíceis devido à impossibilidade inerente de estabelecer um contrafator de confiança (JENA E GROTE, 2010).

Este artigo utiliza dados secundários, obtidos através de pesquisa bibliográfica junto à legislação brasileira, doutrinas e banco de dados sobre o tema das indicações geográficas, principalmente o trabalho de Santana (2014) que retrata a cadeia produtiva das flores e é um dos únicos trabalhos acadêmicos com foco na cadeia produtiva das flores na cidade de Maracás.

A pesquisa baseou-se em revisão bibliográfica, incluindo consulta a Lei da Propriedade Industrial (LPI - Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996) (BRASIL, 1996), atos normativos internos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), consulta a relatórios de associação e órgãos de governo e Informações sobre o município de Maracás foram encontradas no site do IBGE e no site da Prefeitura de Maracás.

A abordagem feita aqui sobre indicação geográfica e desenvolvimento tem como referência o município de Maracás, que está situado na Mesorregião Centro-Sul da Bahia, em parte da bacia do rio Jiquiriçá e do rio de Contas (Figura2).

Figura 2. Delimitação do município de Maracás/BA



Fonte: Google Maps (2018)

Pela importância histórica da produção de flores nesta cidade, nos últimos anos, está sendo feita uma análise da sua potencialidade da futura oficialização da Indicação Geográfica. O trabalho atualmente está na consolidação dos dados e, posteriormente em fase de registro junto aos órgãos oficiais brasileiros. Inicialmente, sendo providenciada uma das primeiras das etapas da Indicação Geográfica, que é a Indicação de Procedência.

O processo de encaminhamento da Indicação Geográfica das flores de Maracás ainda em discussão por iniciativa de técnicos rurais, produtores locais e com apoio de diversas associações empresariais e cooperativas. Iniciou-se uma discussão do tema em seminários na região envolvendo o setor empresarial, produtores e população em geral, nos quais foram esclarecidas os desafios e vantagens da Indicação Geográfica de produtos e serviços dos territórios. A partir disso, será decidido ou não o seu encaminhamento oficial. Na elaboração deste artigo, além do resgate de contribuições teóricas e registros sobre o tema, foram de fundamental importância entrevistas feitas com pessoas das instituições que coordenam a cadeia produtiva das flores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Maracás, por ter uma temperatura média de 18 a 21 graus e altitude de 985 metros acima do nível do mar, contribui para que a atividade de Floricultura se torne uma alternativa viável para a geração de renda do município, mesmo que não seja a principal, contrariante o título de “Cidade das Flores”, como veremos mais adiante.

A atividade de Floricultura em Maracás foi resultado do envolvimento de ações coletivas entre a Prefeitura Municipal de Maracás e o Governo do Estado da Bahia, na fomentação de projetos comunitários. Com resultado das consultas e entrevistas juntos as diversas associações e com o pessoal da prefeitura, o SEBRAE teve participação importantíssima nesse processo, prestando apoio técnico, a partir dos anos 2000, fornecendo capacitação dos núcleos produtores de flores, através da realização de seminários, que tratavam desde o cultivo até marketing e vendas. Devido à existência de algumas associações e outros núcleos produtivos, foi desenvolvido um núcleo de Arranjo Produtivo Local (APL) em Maracás.

Há também algumas organizações de produtores de flores no município de Maracás. Antes, a produção dos produtores era voltada basicamente para o mercado do próprio município e a comercialização da produção era realizada quase que totalmente na feira livre da cidade de Maracás. Ciente desta realidade, o poder público municipal atuou na organização de uma cooperativa de produção de flores. De acordo com Santana (2014), graças ao Programa Flores da Bahia¹ do Governo do Estado foi possível iniciar uma sistematização e estruturação da cadeia produtiva e também de comercialização. Assim se desenhou o arranjo produtivo do setor florístico do município.

É notável e de extrema importância a presença de entidades representativas na produção de flores do município. Nesta afirmação, o SEBRAE (2015) diz que:

O associativismo e o cooperativismo de produtores de flores e plantas ornamentais devem ser considerados fatores decisivos da inserção competitiva no mercado no Brasil as cooperativas de floricultores respondem pela parcela majoritária da comercialização atacadista de flores e plantas ornamentais, agregando participação percentual relativa de 35,5% dos valores totais transacionados anualmente, o que diferencia sensivelmente a cadeia da floricultura de outras cadeias do agronegócio brasileiro (SEBRAE, 2015).

Desta forma, convém falar de forma breve os principais núcleos produtivos organizados em associações em Maracás, a saber: Projeto Piloto; Associação Comunitária São Matheus; Associação Maracaense dos Agentes Floricultores; Programa Social Habitacional; Produtores Independentes de Fundo de Quintal; Associação Vale do Jiquiriçá; Associação dos Trabalhadores Rurais da Ribeira Alta e Associação dos Trabalhadores Rurais Irmã Dulce. Também, a presença de uma cooperativa (Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Maracás) que funcionou entre o ano de 2003 e 2004.

O Projeto Piloto da Prefeitura Municipal de Maracás foi criado no ano 2000 (Figura 3). Quando criada, a unidade funcionou como uma espécie de associação. Os “associados” cultivavam e a partir desse plantio vendiam sua produção através da central de vendas do município, ligada à prefeitura. Atualmente a unidade piloto funciona como unidade experimental e não possui fins lucrativos. Essa unidade possui três funcionários que, apesar de serem terceirizados, estão à disposição da Secretaria de Agricultura de Maracás, responsável pela unidade. A área possui cinco estufas onde são plantadas três variedades de flores: rosas, áster e crisântemo. E medindo aproximadamente 4.356 m² (0,43 ha) (SANTANA, 2014).

¹ O programa tinha como objetivo aumentar a área produtiva de flores no estado da Bahia, introduzindo o cultivo de alta qualidade e beneficiando jovens carentes das comunidades atendidas. Dez cidades foram beneficiadas com o programa, sendo Maracás a primeira delas.

Figura 3. Unidade Piloto e Câmara Refrigerada



Fonte: Santana (2014)

Associação Comunitária São Matheus: No ano de 1997 foi fundada a Associação Comunitária São Matheus. Ela estava localizada no bairro Maracaizinho, considerada periferia da cidade de Maracás. Foi fundada por três irmãos: Mercês Rocha, Juvenal Rocha e Maria Amália Rocha. De acordo com os dados de Santana (2014) a terra era dividida em lotes de igual tamanho entre todas as famílias associadas, cerca de 800 m², ou 0,08 ha. Inicialmente 25 famílias participaram do projeto. Todo o custo inicial foi arcado pela prefeitura municipal de Maracás, incluindo sementes, adubos, até a água utilizada. Todos os insumos subsidiados para a Associação eram divididos em partes iguais para cada família desenvolver seu cultivo. A princípio, a produção contemplava apenas a flor Palma de Santa Rita, posteriormente a associação cultivou mais sete tipos de flores, como rosas, áster, sorriso de Maria, tango, crisântemo, lírio e gérbera (Figura 4).

Figura 4. Outras variedades produzidas pela Associação São Matheus



Fonte: Santana (2014)

Notas: a) rosas; b) áster; c) sorriso de Maria; d) tango; e) crisântemo; f) lírio; g) gérbera

COOFLOR – AMAFLOR: A COOFLOR (Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais de Maracás) é resultado do Programa Flores da Bahia, fomentado pelo governo do Estado através da SEAGRI (Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura) no ano de 2003. Como já tinha vários núcleos de produção de flores anteriormente, Maracás foi a primeira cidade a sediar o programa. Inicialmente, foi fundada uma cooperativa, a COOFLOR, com intenção de atuar no cultivo, venda e busca de mercados consumidores para as flores. A COOFLOR atendia, inicialmente, 60 jovens que eram os responsáveis pela produção das flores (SANTANA, 2014). Porém, esta foi uma ação que não teve sucesso devido ao nível muito alto de evasão dos integrantes, e em pouco mais de um ano de funcionamento, a cooperativa não conseguiu atingir as metas e objetivos impostos na sua criação, resultando na sua desarticulação. Com o insucesso da cooperativa foi criada em 06 de outubro de 2004 a AMAFLOR (Associação Maracaense dos agentes floricultores), que vinha a substituir a COOFLOR. A AMAFLOR ficaria responsável pela gestão de todo o projeto de floricultura, e também de toda a infraestrutura implantada pelo Programa Flores da Bahia.

Produtores Independentes de “Fundo de Quintal” e Associação do Vale do Jiquiriçá: A Associação Fundo de Quintal reunia várias famílias que plantavam principalmente copo de leite nos quintais de suas casas. De acordo com as pesquisas e as entrevistas realizadas por Santana (2014) na confecção de seu trabalho, o funcionamento de tais núcleos de produção ocorreu por pouco período de tempo.

A Associação do Vale do Jiquiriçá se localizava as margens do rio Jiquiriçá, próximo à sede do município. A terra era arrendada e a produção principal era de crisântemo. Atualmente a associação está desativada. Uma parte da área foi substituída por cultivos de hortaliças e feijão. Outra parte foi arrendada por dois empreendedores para o cultivo de crisântemo e áster. Contudo, poucas informações foram disponibilizadas a respeito de tal produção (SANTANA, 2014, p. 36).

Associação dos Trabalhadores Rurais da Ribeira Alta: A produção de flores se iniciou em março de 2001 com o incentivo do poder executivo do município. Ficou a cargo do município realizar um projeto junto aos associados, e subsidiar os insumos para o início da produção. Cada família foi “presenteada” com cerca de 1000 mudas de rosas e obteve assistência técnica por período de alguns meses para o acompanhamento do cultivo. Quanto à produção, os associados mantiveram suas plantações de maneira autônoma.

Entre as 30 famílias do assentamento, 90% produzem flores. Antes da seca esse número chegou a contemplar todas as famílias. Segundo o presidente da Associação Ribeira Alta, Jeir Silva, a principal fonte de rendas dos associados é oriundo das flores e essa atividade é o que norteia a associação. É cultivado no assentamento rosas, áster, palma de santa rita e tango, sendo a rosa o carro chefe. Contudo, a cerca de três anos a região está passando por um período de seca muito forte (SANTANA, 2014, p. 37).

O aumento da produção de flores está diretamente vinculado ao trabalho de organização da cadeia produtiva da floricultura, que começou nos anos 2000, com foco na profissionalização dos produtores, sendo a maioria composta por mulheres. O trabalho iniciado pela prefeitura teve a parceria de diversas instituições como EBDA, SEBRAE e SEAGRI. Uma evidência do desenvolvimento da floricultura em Maracás é verificada com o aumento de produtores e das vendas de flores. Dados da pesquisa realizada por Santana (2014), nos anos 2000 eram comercializados cerca de R\$ 22 mil e em 2008 foram de R\$ 1,2 milhões. Isso se justifica pelo aumento de produtores, da própria produção de flores, da qualidade dos produtos e da sua diversificação.

O Arranjo Produtivo Local resulta, assim, em ganhos competitivos e se manifesta em escala local, conseguindo extrapolar essa escala a partir do nível de influência que exerce, absorvendo capital e trabalho e possibilitando o desenvolvimento territorial (SANTANA, 2014).

Segundo Santana (2015), contrabalanceando com cultivo realizado por associações, existem na cidade e região alguns empresários locais, entre eles: Sr. Rege Flores; Sr. Jeriosvaldo Cruz; Sr. Botelho Flores e Sr. José Salvador. Eles contratam trabalhadores em regime de assalariamento, diárias ou parcerias. As flores cultivadas pelos produtores individuais têm como principais compradores atacadistas localizados nos principais centros

consumidores do estado, que inclui a capital baiana (Salvador), Feira de Santana e o eixo Ilhéus – Itabuna. Contudo, a produção já alcança outros mercados interioranos do Estado da Bahia.

Santana (2014) em seu trabalho tentou identificar a participação da atividade de floricultura para o PIB (Produto Interno Bruto) de Maracás em valores de percentagem comparado a outras atividades bem como os valores em cifras R\$. Contudo, devido à falta de dados primeiros não foi possível obter tais dados. Porém, foi identificado que 90% das pessoas entrevistadas afirmaram que a economia do município não gira em torno da floricultura e esta não é a atividade principal do município. Segundo a própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico da cidade, a atividade principal de Maracás está sendo a agropecuária, com destaque para a criação de bovinos e o cultivo de hortaliças. É importante notar também, que a atividade de Floricultura é desenvolvida próxima à sede do município, onde conforme já foi mencionada, predomina o clima sub-úmido ou seco na transição da Floresta Estacional, enquanto a maioria do território de Maracás está inserida na vegetação de caatinga e clima semiárido, onde as atividades desenvolvidas correspondem principalmente à agropecuária.

Pode-se afirmar que existe uma política social de inserção de trabalhadores em uma atividade economicamente rentável, no caso o cultivo de flores. Contudo, a dimensão com que é divulgado e difundido a floricultura se trata muito mais de marketing para promoção do município do que da predominância socioeconômica dessa atividade (SANTANA, 2014, p. 68-69).

O patrimônio material e imaterial pode ser envelopado com uma nova roupagem, na qual marketing territorial passa a ser uma ferramenta fundamental para a promoção de mercado (CALDAS, 2013).

Desde o ano de 2012, Maracás não é mais somente a “cidade das flores”. Por uma estratégia de cunho político ela se tornou Maracás “cidade das flores e do vanádio”. Há uma tendência muito grande em valorizar a nova “vocaçãõ” do município, de exploração do elemento químico. Inclusive, isso já esta sendo vinculado nos principais meios de comunicação e nos veículos oficiais o novo slogan.

Segundo Caldas (2013), trata-se de um território que possui características de um modo de produção específico daquele lugar, no qual as relações de produção dão a singularidade do produto. No que se refere às Indicações Geográficas Caldas complementa o autor:

As indicações geográficas [...] podem ser definidas como o lugar onde se processam as relações capitalistas de produção, as quais buscam também o lugar como expressão da singularidade, do saber fazer, da experiência da elaboração de determinado produto, agregando-lhes valor e dando-lhes um diferencial competitivo (CALDAS, 2013, p. 2).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade de determinado produto ou o modo de manusear, preparar ou produzir estão ligados diretamente ao território onde foi originado. O município de Maracás tem se destacado pela produção de flores temperadas e subtropicais, diferente dos outros centros produtores de flores do estado da Bahia, em que são cultivadas apenas flores tropicais. Dessa forma, é necessário consolidar a marca “Flores de Maracás” e reforçar o apelido de “Suíça Baiana”, como a cidade que mais vende flores no estado da Bahia. Esse apelo mercadológico e a fama de “cidade das flores” pode ser o ponto de partida para a consolidação de uma denominação de origem.

A apesar das dificuldades econômicas do país e da região, a característica de “cidade das flores” ainda permanece, a cultura de produção de flores ainda está associada ao município, e devido à alta qualidade das flores e principalmente da sua diversidade, as “flores” de Maracás tem um grande potencial para o processo de registro de Indicação Geográfica. Isso pode garantir a procedência e a qualidade do produto, além de agregar valor e estabelecer padrões, normas de produção e controle.

REFERÊNCIAS

BRAMLEY, C. **A review of the socio-economic impact of geographical indications: considerations for the developing world.** In: WIPO Worldwide Symposium on Geographical Indications. Lima, 22–24, June, 2011

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm. Acesso em 10 de junho de 2018.

CALDAS, A. dos S. **Indicações Geográficas: propriedade intelectual, patrimônio cultural, mercadoria e distribuição espacial.** Salvador, 2013.

DAVIRON, B., PONTE, S. **The Coffee Paradox: Global Markets, Commodity Trade and the Elusive Promise of Development.** Zed Books. Dicken, P., Kelly, P., Olds, K., Yeung, H.W, 2005.

GIOVANNACCI, D., JOSLING, T., KERR, W., O'CONNOR, B., YEUNG, M.T. **Guide to Geographical Indication -Linking Products and Their Origins.** International Trade Centre, Geneva, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades. 2017.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/marcas/panorama>>. Acesso em: 11 jun. de 2018.

INPI. Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. **Instrução Normativa. Nº 25/2013:** Estabelece as condições para o Registro das Indicações Geográficas. 2013. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in_25_21_de_agosto_de_2013.pdf. Acesso em: 09 de maio de 2018.

JENA, PRADYOT R; ULRIKE GROTE. Changing Institutions to Protect Regional Heritage: A Case for Geographical Indications in the Indian Agrifood Sector. **Development Policy Review**, 28 (2), pp. 217-236, 2010.

JENKINS, T., PARROTT, N. **The socio-economic potential for peripheral rural regions of regional imagery and quality products.** In: The Socio-Economics of Origin Labelled Products: Spatial, Institutional and Co-ordination Aspects. 67thEAAE Seminar. Le Mans. pp. 128–140, 1999.

LANDI, C., STEFANI, G. Rent seeking and political economy of geographical indication foods. **Agribusiness** 31, 543–563, 2015.

MATTOSINHO, C. (et. al.). Nem tudo são flores no semi-árido brasileiro: um estudo do projeto flores da Bahia. **Revista Rios Eletrônica – Revista Científica da Fasete**, ano 2, nº 2, dezembro de 2008.

OECD. Appellations of Origin and Geographical Indications in OECD Member Countries: Economic and Legal Implications, 2000.

SANTANA, E. J. S.. **Produção de flores no município de Maracás (BA): Perspectivas e Limitações.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Flores e Plantas Ornamentais do Brasil**, v. 3, Série Estudos Mercadológicos, 2015.

SCHERER, A. M. S. Flores da Bahia. **Revista Bahia Agrícola**, v.5, n.1, set. 2002

TEUBER, R. Geographical indications of origin as a tool of product differentiation: the case of coffee. **J. Int. Food & Agribus. Mark.** 22 (3–4), 277–29, 2010.

VAN ITTERSUM, K., CANDEL, J.J.M., MEULENBERG, M. The influence of the image of a product's region of origin on product evaluation. **J. Bus. Res.** 56 (3), 215–226, 2003. DOI: [http://dx.doi.org/10.1016/S0148-2963\(01\)00223-5](http://dx.doi.org/10.1016/S0148-2963(01)00223-5)